



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PSICOLOGIA**

JESSYCA LUANA SANTOS BRITO

**A PROBLEMÁTICA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA
PSICANÁLISE: ENTRE O REAL E A FANTASIA.**

**CAMPINA GRANDE
2015**

JESSYCA LUANA SANTOS BRITO

**A PROBLEMÁTICA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA
PSICANÁLISE: ENTRE O REAL E A FANTASIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. M.^a Márcia Candelaria da Rocha.

CAMPINA GRANDE,

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B862p Brito, Jessyca Luana Santos.

A problemática do abuso sexual infantil na psicanálise
[manuscrito] : entré o real e a fantasia / Jessyca Luana Santos
Brito. - 2015.

30 p. nao

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e
da Saúde, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Márcia Candelaria da Rocha,
Departamento de Psicologia".

1. Abuso sexual de crianças. 2. Psicanálise. 3. Incesto. I.
Título.

21. ed. CDD 306.877

JESSYCA LUANA SANTOS BRITO

**A PROBLEMÁTICA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA
PSICANÁLISE: ENTRE O REAL E A FANTASIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de
Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Aprovado em: 24/02/2015.

BANCA EXAMINADORA

Márcia Candelária da Rocha

Prof.^a M.^a Márcia Candelária da Rocha
Orientadora

Jailma Belarmino Souto

Prof.^a Dr.^a Jailma Belarmino Souto

Examinadora

Hediany de Andrade Melo

Prof.^a M.^a Hediany Andrade de Melo

Examinadora

A PROBLEMÁTICA DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA PSICANÁLISE: ENTRE O REAL E A FANTASIA.

Jessyca Luana Santos Brito*

RESUMO

A discussão acerca do tema do abuso sexual infantil é árdua e complexa, recai sobre um conjunto de valores culturais, ideias e sentimentos que envolvem a estrutura familiar e a sexualidade da criança. Este artigo, tem como objetivo discutir a temática do abuso sexual infantil de caráter incestuoso a luz da teoria psicanalítica, mencionando a problemática oriunda da construção teórica da psicanálise que assola o tema até os dias atuais, as contribuições dadas por este ao se fazer parte integrante da equipe multidisciplinar de profissionais que lidam diretamente com o abuso sexual, além de enfatizar a gravidade exorbitante desta violência para o psiquismo infantil que encontra-se ainda em constituição. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, na qual pesquisou-se artigos publicados entre 2006 e 2012, com ressalva a um artigo que foi publicado no ano de 1999. A busca foi realizada nas bases de quatro periódicos online, são eles: Lilacs, Scielo, PePsic e Revista Percurso. Na análise dos dados foram considerados quatro artigos, os quais foram selecionados por tratarem de forma prática e cautelosa o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes e as contribuições oriundas da psicanálise na constituição psíquica dos sujeitos que vivenciaram tal abuso. Esta permitiu verificar a aplicabilidade da teoria descrita no referencial teórico ao manejo clínico do analista, as consequências do abuso sexual infantil para o psiquismo, as contribuições oriundas da teoria freudiana para as intervenções frente a casos de abuso sexual, bem como os “cuidados” que devem ser tomados pelos analistas para não incorrem no erro de considerar os casos de abuso sexual apenas no âmbito da fantasia e assim, reafirmar a situação traumática na criança/adolescente vítima.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil; Psicanálise; Incesto.

* Aluna de Graduação em Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I

e-mail: jessyca.luana@hotmail.com

ABSTRACT

The discussion about child sexual abuse issue is difficult and complex, lies on a set of cultural values, ideas and feelings that involve the family structure and the child's sexuality. This article aims to discuss the subject of child sexual abuse of incestuous character to the psychoanalytic perspective, mentioning the problems arising from the theoretical construction of psychoanalysis that devastates the theme to the present day, the contributions made by the latter to make a constituent part of the multidisciplinary team of professionals who deal directly with sexual abuse, and emphasize the seriousness of this outrageous violence to the child psyche that still lie in the constitution. A literature review on the topic was held, in which researched articles published between 2006 and 2012, highlighting to an article which was published in 1999. The search was carried out in four online journals bases, they are: Lilacs, Scielo, PePsic and Magazine Percurso. In analyzing the data were considered four articles, which were selected as they dealt with the practical and precautionary sexual abuse against children and adolescents and contributions of psychoanalysis originated in the psychic constitution of subjects who experienced such abuse. This allowed verifying the applicability of the theory described in the theoretical framework to clinical management of the analyst, the consequences of child sexual abuse to the psyche, the contributions coming from the Freudian theory to the front interventions to cases of sexual abuse, as well as the "care" to be taken by analysts to not incur the mistake of considering the cases of sexual abuse only in fantasy scope and thus reaffirm traumatic situation in child / adolescent victim.

Keywords: Child Sexual Abuse; psychoanalysis; Incest.

INTRODUÇÃO

A violência é considerada nacional e internacionalmente como um problema de ordem social e de saúde pública. Fere os direitos humanos e acontece sempre baseada na submissão do mais fraco diante daquele que detêm o poder.

“A violência, pelo número de vítimas e pela magnitude de suas sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu caráter endêmico e se converteu em um problema de saúde pública em muitos países” (OMS/OPAS, 1994, p. 5)

As raízes da violência são formadas pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e as consciências individuais da sociedade, podendo ser definida como ações representadas por relações, ações, negligências e omissões, realizadas por indivíduos, grupos, classes e nações com o intuito de causar danos físicos, morais, emocionais e/ou espirituais a outra pessoa (ALMEIDA, 2012, *apud* ANDRADE & FONSECA, 2008).

A Organização Mundial da Saúde (2002) define a violência como: “o uso intencional de força ou poder físico, sendo somente uma intimidação ou ato efetivo contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte em ou tenha uma alta probabilidade de danos, mortes, prejuízos psicológicos, que impeça um desenvolvimento ou que este seja insatisfatório.”

Para a realização dessa pesquisa, escolhemos um tipo de violência específico, o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes, mais especificamente o abuso sexual intrafamiliar. Esta escolha foi pautada no interesse em estudar este tema recorrendo a teoria psicanalítica a partir das contribuições de Freud e de Ferenczi, perpassando pela questão do incesto que ganhou destaque na teoria psicanalítica desde o seu início quando Freud no começo de sua obra ao ouvir o relato ‘incestuoso’ de suas pacientes histéricas, passou a acreditar que de fato estas haviam sofrido alguma experiência traumática ainda durante a infância. Para ele, se tratava de uma violência na qual a paciente não era capaz de compreender, consistindo então no excesso de afeto inconsciente. À partir daí Freud elabora a ‘Teoria da Sedução’ para explicar a origem das neuroses, no entanto, através do seu processo de autoanálise, nas trocas de correspondências com Fliess, Freud começa aos poucos a abandonar tal teoria, passando a se questionar se a violência de fato veio a acontecer. O que leva Freud em 1978 a abandonar tal hipótese e da maior ênfase a questão fantasmática.

“Freud passa então a considerar que é a ligação entre uma fantasia inconsciente e um acontecimento externo (a sedução) que vai produzir o

efeito patogênico e perturbador, e que é através dessa ligação que emerge o sentimento de culpa (neurose)” (COSTA, 2007)

Ferenczi (1992) em contrapartida a Freud e sua teoria da fantasia enfatiza os casos nos quais as experiências traumáticas se dão na ordem do real não se tratando apenas de fantasia da sedução, colocando em discussão as consequências do abuso sexual nas crianças/adolescentes, a identificação da criança com o agressor e o desmentido.

“As seduções incestuosas produzem-se habitualmente desta maneira: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasmas lúdicos, como o de desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. Esse jogo pode ganhar um contorno erótico, mas não obstante, permanece sempre ao nível da ternura. O mesmo não acontece com os adultos que têm predisposições psicopatológicas. Confundem a brincadeira da criança com os desejos de uma pessoa sexualmente madura e deixam-se envolver em atos sexuais sem pensar nas consequências” (COSTA, 2007 apud FERENCZI).

Tendo em vista a importância dos estudos sobre o abuso sexual infantil e a escassez de publicações psicanalíticas sobre o tema, o objetivo desta pesquisa é discutir o abuso sexual contra crianças e adolescentes pautado na teoria psicanalítica, identificando o quanto se tem publicado sobre o assunto na perspectiva da psicanálise, além de enfatizar a gravidade exorbitante desta violência para o psiquismo infantil que se encontra ainda em constituição. As principais referências pesquisadas sobre a problemática do abuso sexual infantil em psicanálise apontam as consequências psíquicas causadas pelo abuso sexual e chama atenção para a problemática que permeia o abuso sexual desde os primórdios da teoria psicanalítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

A temática do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes tem sido discutido e repensado com maior efervescência nas últimas décadas, bem como o incentivo ao fortalecimento das medidas de prevenção e promoção, uma vez que tem configurado-se como um grave problema de saúde pública.

Neste trabalho utilizaremos o abuso sexual como sendo toda ação sexual cujo agressor encontra-se em desenvolvimento psicosssexual superior ao da vítima. A vítima é forçada fisicamente, coagida ou seduzida a participar da relação sem ter necessariamente a capacidade emocional ou cognitiva para consentir ou julgar o que está acontecendo (FARAJ; SIQUEIRA, 2012 apud HABIGZANG, 2004; BRASIL, 2001 apud GUARDERER; MORGADO, 1992).

Esta definição revela que o abuso sexual assim como todo tipo de violência está baseada na submissão do mais fraco diante daquele que detém o poder, além de enfatizar o despreparo cognitivo e emocional das crianças e adolescentes frente a tal situação. O agente causador da violência sexual utiliza-se desta com base nas relações de superioridade, dominação e posse, privando a criança e o adolescente da igualdade, liberdade e de um desenvolvimento sadio (FARAJ; SIQUEIRA, 2012 *apud* VECINA; CAIS, 2002).

O abuso sexual consiste no envolvimento da criança em atividades de manipulação dos órgãos genitais infantis ou do agressor, abusos verbais, masturbação, ato sexual genital ou anal, estupro, sodomia exibicionismo, pornografia, além de exibicionismo, voyeurismo, exposição a filmes ou imagens sexuais (AMAZARRAY & KOLLER, 1998; PFEIFFER & SALVAGNI, 2005).

A violência sofrida por crianças e adolescentes ocasionam consequências a curto e longo prazo para o psiquismo da criança/adolescente vítima. Tais como:

*“Consequências a curto prazo: a) problemas físicos; b) problemas no desenvolvimento das relações de apego e afeto – desenvolve reações de evitação e resistência ao apego; problemas de afeto como depressão e diminuição da autoestima; distúrbios de conduta tanto por assumir um padrão igual ao dos pais (tornando-se agressivo), como por apresentar pouca habilidade social ou reação inadequada ao estresse; c) alterações no desenvolvimento cognitivo, na linguagem e no rendimento escolar. As alterações observadas na cognição social, por exemplo, dizem respeito a: rebaixamento da auto percepção sobre suas capacidades; má percepção de si próprio; problemas na compreensão e na aceitação das emoções do outro. Consequências a longo prazo: a) sequelas físicas; b) pais abusadores mais tarde; c) conduta delinquencial e comportamentos suicidas na adolescência que geram problemas emocionais, como ansiedade e depressão, com diminuição da capacidade de análise e síntese e baixa no rendimento escolar; conduta criminal violenta mais tarde” (FERRARI & VECINA, 2002 *apud* DUARTE e ARBOLEDA, 1997).*

Levando-se em consideração a gravidade dos danos deixados no psiquismo de crianças e adolescentes que ainda se encontram em constituição, é imprescindível a discussão acerca da violência praticada contra os mesmos. Esta violência, de acordo com o CREPOP (2009), encontra-se geralmente dividida em: intrafamiliar – quando existe vínculo familiar, biológico ou não, ou ainda quando o/a autor/a da violência exerce um papel de responsabilidade sobre a vítima. Também pode ser denominada violência doméstica, quando ocorre no espaço onde reside a família; extrafamiliar – quando o/a autor/a da violência não possui laços familiares ou papel de responsabilidade sobre a vítima. Sendo a violência

intrafamiliar a mais frequente, violência esta que mantém fechado o ciclo por meio do segredo, ameaças e sedução.

Abuso Sexual Intrafamiliar.

Segundo COHEN & GOBETTI (2003), a família nas suas mais diferentes formas de organização, é entendida como base do tecido social caracterizada pela existência de um vínculo emocional dinâmico e único do qual se espera que cumpra funções psicoafetivas essenciais para a saúde e bem estar dos seus membros. No entanto, há famílias que não desempenham tais papéis e apresentam disfunções que evidenciam a ineficácia das relações familiares, apresentando desigualdades de gênero e geração entre seus membros, além de uma ruptura nos papéis familiares, uma vez que o adulto responsável por exercer o papel de proteção, investimento e cuidado, assim não o faz, culminando assim, na violência intrafamiliar.

A violência intrafamiliar é construída histórica, psicológica e socialmente, sendo impossível apontar uma única causa. É preciso observar tanto as características pessoais como circunstanciais dos membros familiares envolvidos, as condições ambientais em que ocorre o fenômeno, as questões psicológicas de interação, o contexto social e as implicações socioeconômicas (FERRARI, VECINA, 2002). Nos casos onde se configuram tal violência os membros da família encontram-se direto ou indiretamente, afetando a sua estrutura e impossibilitando a diferenciação das funções familiares, além de geralmente manter o abuso em segredo o que acaba por impedir a família de realizar significações diante da situação vivenciada. A dinâmica da família abusiva é bastante complexa e disfuncional, pois muitas vezes outras formas de violência estão presentes, tais como: violência contra a mulher, negligência, violência física e psicológica. As características que compõem esse tipo de família são bastante peculiares: isolamento social; pai e/ou mãe abusados ou negligenciados em suas famílias de origem; pai alcoolista; pai extremamente autoritário ou moralista; mãe excessivamente passiva e ausente (ROCHA, 2010 apud AMAZARRAY & KOLLER, 1998).

Quando o abuso sexual praticado contra crianças ou adolescentes acontece no seu meio intrafamiliar, acaba por acarretar consequências de maior magnitude para estes, uma vez que o abusador é um membro da família ou alguém com quem a criança possui vínculos afetivos. A criança/adolescente vítima revela sentimentos ambivalentes e desconhecidos que a impedem de evitar a violência, tais sentimentos levam-na à submissão ao poder e ao desejo do outro, além do esquecimento de si mesma. Surgem daí mecanismos de identificação com

aquele que a vitimiza e a introjeção da figura daquele que a vitimizou. Não podendo reagir ou sentir ódio, e vivendo em um “complô do silêncio”, a criança não tem a oportunidade de compreender ou questionar o que vivencia (FERRARI & VECINA, 2002, p. 204). A criança ou adolescente passa a ser submetido ao abusador que age sob constantes ameaças visando a não revelação do abuso, prolongando assim o silêncio da criança/adolescente e conseqüentemente a ocorrência da relação incestuosa.

A concretização do incesto acarreta efeitos nocivos para a constituição mental das pessoas que se encontram envolvidas direta ou indiretamente. A criança/adolescente passa a ocupar um lugar de cúmplice na dinâmica familiar, uma vez que há uma ruptura na lei da proibição do incesto e um desequilíbrio nas relações familiares, além de não haver uma proibição dos desejos edípicos que funciona como um ordenador mental e emocional ao marcar os limites entre as gerações, permitindo a estruturação do superego e o desenvolvimento do ego (MARQUES & PACHECO 2009 *apud* PRADO, 2004 *apud* COHEN 2000;).

No âmbito da psicanálise, a problemática do incesto ganhou dimensão desde o nascimento da teoria. De acordo com FREUD (1923), a proibição do incesto assemelha-se a um estruturador mental, uma vez que é através da repressão dos desejos incestuosos que se estrutura o aparelho mental em suas três instâncias: id, ego e superego. O superego é a instância formadora pela internalização da lei, sendo o ego responsável pela intermediação entre as leis internas e as leis externas. O não à atuação dos desejos edípicos delimita as fronteiras entre o desejo e a realidade. A interdição do incesto é entendida como paradigma de limites, o que diferencia a ordem do caos, o que representa a possibilidade de que, entre um impulso e sua satisfação, se interponha algo, abrindo espaço para o desenvolvimento de um aparelho mental que opere com representações (FAIMAN, 2004).

Segundo FAIMAN, 2004, a criança/adolescente que sofre o abuso incestuoso tem a sua capacidade de fantasiar prejudicada, “o fato de o pai, protagonista de fantasias sexuais, se aproximar da menina colocando-se como objeto sexual, é vivido como um desnudamento da fantasia e uma invasão do mundo mental”. Citando Bollas, conclui que “a fantasia, com todos os recursos inconscientes de deslocamento e de condensação, ao oferecer um meio de representação, deveria ser um término aliviador no percurso da pulsão”. Quando não é isso que ocorre, mas a fantasia se presentifica, é como se ocorresse uma “reversão topográfica” desse circuito pulsional. Daí o recurso à teoria do trauma, para tentar dar conta do efeito perturbador dessa violência, ou de seu efeito “sinistro” (FAIMAN, 2004 *apud* BOLLAS).

O incesto ao se assemelhar as fantasias vivenciadas durante o complexo de Édipo é também um fator agravante das consequências nocivas para o psiquismo da criança/adolescente. Bollas (1992) considera que, levando em conta as fantasias edípicas, é possível pensar que a experiência do incesto traga uma sensação de transparência do psiquismo, por meio da qual a realidade pode ser inundada pelos desejos de um psiquismo que não oferece barreiras protetoras. Disso decorre que um abuso sexual dessa ordem pode trazer como consequência não um medo da relação sexual ou dos homens, no caso de ser este o sexo do abusador, mas um medo de pensar, de sentir e de fantasiar.

As crianças que vivenciam tal violência incestuosa apresentam uma desorganização simbólica que as impossibilita de simbolizar a situação vivenciada. A criança vivencia no real o conteúdo que permeia o campo da fantasia e uma ausência da proibição do incesto ocasionando assim, uma situação traumática. Esta provém de um excesso de excitação provocado por uma experiência externa que invade o psiquismo e não possibilita a representação mental do evento. O excesso de energia, associado à incapacidade de dar escoamento para o acontecimento, dá lugar à instalação do trauma (MALGARIM & PACHECO, 2012).

Reflexões Teóricas da Psicanálise e Abuso Sexual.

Freud no início de seus estudos sobre a histeria, deparou-se com a questão do abuso sexual sofrido por suas histéricas o que o leva a formular a teoria da sedução, utilizando-a para explicar o surgimento da histeria, após observar que se a histeria de fato fosse originada pelo abuso sexual cometido pelo pai, haveriam mais perversos do que histéricas o que era algo absolutamente impossível, quando em 1897 ao escrever uma carta para Fliess, Freud afirma não acreditar mais nas suas histéricas, abandonando assim a teoria da sedução e perpassando para a teoria da fantasia, onde ele reconhece a importância da sexualidade infantil na descoberta do inconsciente, a partir destas duas teorias as situações traumáticas reais transformam-se em fantasias que passam a envolver as angústias de sedução e castração ligadas a cena primária e ao complexo de Édipo. Freud ainda constata que o inconsciente não faz distinção entre verdade e fantasia catexizada com afeto. Ou seja, os conteúdos relatados em análise, dizem respeito a uma realidade psíquica que não está necessariamente relacionado ao real, uma vez que a fantasia pode assumir valor traumático que assemelha-se a fatos da realidade.

Em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade (1905/1972)*, Freud reporta o início da sexualidade para a primeira infância. Caracteriza a sexualidade infantil como sendo uma função somática, auto erótica e perversa polimorfa.

Em 1930 quando Freud escreve o *Mal-estar na civilização*, menciona a necessidade de se renunciar ao prazer imediato para que se torne possível a convivência social na civilização. O complexo de Édipo é o principal representante da organização social, uma vez que pode ser definido como o complexo de ideias e sentimentos relacionados aos desejos incestuosos, suas proibições e seus desdobramentos. Em maio de 1987, Freud escreve a *Fliess*, destacando o incesto como algo antissocial ao qual a civilização consiste numa progressiva renúncia a ele. O sentimento de culpa, originado pelo complexo de Édipo, é o fator mais importante no desenvolvimento da cultura, podendo ser considerado como a defesa da civilização em relação à agressividade e destrutividades humanas (BARBOSA 2008).

Em psicanálise, muito da constituição psíquica pode ser definido tomando-se como referência a forma como esse complexo se estrutura no sujeito. Isso significa que a interdição à realização dos impulsos incestuosos tem uma importância central no desenvolvimento psicológico, sendo considerada como o paradigma da possibilidade de reconhecimento, pelo sujeito, de que existem limites para a realização de seus desejos, para sua conduta, e que balizam seu reconhecimento de si (FAIMAN, 2004, p. 19). Através do complexo de Édipo Freud explica o complexo de castração na menina e no menino. Para ele esse complexo se dá em dois tempos distintos: no primeiro momento, a criança se vê diante da ameaça de castração, no segundo momento essa ameaça torna-se concreta, ou seja, a criança descobre a ausência do pênis na mulher, particularmente na sua mãe.

Freud ainda faz distinções no Complexo de Édipo do menino e da menina. No menino, o primeiro objeto de amor é a mãe, objeto esse que é mantido. Por volta dos 3 a 5 anos, a figura do pai começa a ser presente para a criança, constituindo um “entrave” na sua relação com a mãe. O menino começa a perceber que a mãe não é só dele, isso é vivido por ele como um grande não. Ao longo do Édipo, o pai é tido como o grande rival do menino. Ao encontrar-se diante da ameaça de castração, o menino se angustia e recalca esse amor pela mãe, o que vai constituir-se na proibição do incesto. Após essa fase, o menino passa a identificar-se com o pai – ser como o pai para ter a mãe. Já no período da puberdade, o menino começa a investir o amor sentido pela mãe em outras mulheres. Na menina, o primeiro objeto de amor também é a mãe, no entanto, após a decepção de achar que foi castrada, a menina substitui o seu objeto de amor e passa a investir todo o amor no pai. É a ideia de castração que marca a entrada da

menina no Édipo. A menina tem ódio por ser castrada, o que leva Freud a postular a “inveja do pênis”:

“Elas notam o pênis de um irmão ou companheiro de brinquedo, notavelmente visível e de grandes proporções e, imediatamente o identificam com o correspondente superior de seu próprio órgão pequeno e imperceptível; dessa ocasião em diante caem vítimas da inveja do pênis” (FREUD, 1925/1996, p. 284).

É diante desta inveja que a menina sai do Édipo, recalçando o seu amor pelo pai, somente a partir da puberdade é que ela irá investir o amor destinado ao pai em outros homens.

Nessa perspectiva, MOREIRA (2004) acentua o fato da diferenciação do Édipo para o menino e para a menina, uma vez que no menino a ameaça de castração culmina no declínio do Édipo, enquanto que para a menina marca a sua entrada na cena edípica.

LAPLANCHE (1995), comenta que o Complexo de Édipo não é redutível a uma situação real, à influência efetivamente exercida sobre a criança pelo casal parental. A sua eficácia vem do fato de fazer intervir uma instância interditoria (proibição do incesto) que barra o acesso à satisfação naturalmente procurada e que liga inseparavelmente o desejo à lei.

O Seminário 4 – A Relação de Objeto (1956/1957), Lacan realiza uma releitura do Complexo de Édipo postulado por Freud, abordando-o com uma função normativa. Lacan postula que não basta que o sujeito atribua sua escolha objetual a sexualidade, além disso, deve-se fazer referência à função do pai – o pai como lei que barra a simbiose mãe-bebê.

[...] “Não basta que o sujeito, depois do Édipo, alcance a heterossexualidade, é preciso que o sujeito, moça ou rapaz, chegue a ela de forma tal que se situe corretamente com referência à função do pai. Aí está o centro de toda a problemática do Édipo” (LACAN, 1956/1957, p. 206).

Lacan, então, define o Complexo de Édipo como uma função simbólica, na qual o pai intervém sob a forma de lei, para privar a criança da simbiose com a mãe. O mito edípiano atribui ao pai a exigência da castração (BARBOSA, 2008).

Em 1958 ao redigir o Seminário 5 – as formações do inconsciente, Lacan debruça-se sob o conceito de Metáfora Paterna: o Nome-do-Pai diz respeito ao pai como portador da lei e mediador da relação simbiótica mãe-bebê. Ele propõe ainda três tempos do Édipo nos quais identifica distintas formas de relação com o Outro e com a castração, tema central do Édipo. No primeiro tempo do Édipo, a criança acredita ser o falo da mãe, a mãe é para criança o Outro absoluto sem lei. Lacan nomeia esse primeiro tempo como o “Estádio do Espelho” -

construção lógica à qual corresponde a formação do eu por intermédio da imagem do outro. O eu, é formado por essa imagem que o semelhante lhe confere como um corpo unificado. Esse período também pode ser entendido como um período de alucinação ao outro, uma vez que não acontece aí a mediação do simbólico.

[...]” Na relação da criança com a mãe, a criança revela depender do desejo da mãe, da primeira simbolização da mãe como tal, e de nada mais” (LACAN, 1958, p.188).

O segundo tempo do Édipo está marcado pela entrada da simbolização – linguagem. A mãe passa a ser simbolizada por uma palavra, passando de um lugar de objeto primordial para o de signo, sendo assim, a relação da criança com a mãe deixa de ser imediata, passando a ser mediada pela linguagem. Para Quinet (2009) no processo de simbolização da mãe existe uma mediação entre a criança e a mãe, que não se reproduz sozinha, sendo necessário que aconteça a intervenção de um terceiro que introduza a lei de interdição, de proibição, como um não à reintegração da criança pela mãe, um não à criança como objeto de uso da mãe. Surgindo neste momento a instância paterna, correspondendo ao que no discurso da mãe é evocado, significando para a criança que o Desejo da mãe se encontra em outro lugar e que ela por sua vez também é submetida a uma lei. O Nome do Pai aparece enquanto função simbólica para metaforizar a ausência da mãe. A função significante do Nome do Pai se inscreve no lugar do grande Outro que até então era ocupado inteiramente pela mãe. É devido à intervenção do Nome do Pai nesse lugar que a lei é instalada na vida da criança. Acontece nesse tempo do Édipo a castração simbólica. A intervenção do Nome do Pai no lugar de Outro faz com que a identificação da criança com o falo da mãe seja recalcada. Esta castração simbólica aparece no imaginário como falta, transferindo o sujeito de posição – o sujeito deixa de ser falo e entra na dialética do ter ou não ter, como ser faltante.

[...]” No plano imaginário, o pai intervém efetivamente como privador da mãe, o que significa que a demanda endereçada ao Outro, caso transmitida como convém, será encaminhada a um tribunal superior, se assim posso me expressar. Com efeito, aquilo sobre o qual o sujeito interroga o Outro, na medida em que ele o percorre por inteiro, sempre encontra dentro dele sob certos aspectos, o Outro do Outro, ou seja, a sua própria lei. É nesse nível que se produz o que faz com que aquilo que retorna a criança seja pura e simplesmente a lei do pai, tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe” (LACAN, 1958, p. 198/199).

O terceiro tempo do Édipo diz respeito ao ideal do eu – ‘eu almejo ser’. Aqui o pai enquanto marido da mãe, aparecerá como o suporte identificatório do ideal do eu. Este é o que

permite ao homem a significação da virilidade e à mulher a possibilidade de se situar como objeto de desejo do homem.

[...] “O pai se revela como aquele que tem. É a saída do Complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervêm como aquele que tem o falo. Essa identificação chama-se ideal do eu. Ela vem inscrever-se no triângulo simbólico no pólo em que está o filho, na medida em que é no pólo materno que começa a se constituir tudo o que depois será realidade, ao passo que é no nível do pai que começa a se constituir tudo o que depois será supereu” (LACAN, 1958, p. 200/201).

Quando acontece a quebra nas interdições do Complexo de Édipo e a ocorrência do abuso sexual incestuoso podemos recorrer a teoria do trauma formulada na psicanálise, que desde os seus primórdios confirma que esses casos se configuram em uma experiência potencialmente traumática para o psiquismo das crianças/adolescentes que outrora sofreram a violência. Os impulsos eróticos da criança destinado a um dos pais e explanado no Complexo de Édipo permeiam o plano do inconsciente e pela interdição da lei permanecem reprimidos, no entanto, os casos incestuosos ocorridos na infância coloca a criança frente a realização dos desejos sexuais ou agressivos reprimidos, o que culmina em uma experiência traumática geradora de intenso sofrimento psíquico. FAIMAN (2004), recorre a questão do abuso sexual para explicitar a instalação do trauma:

“Uma cena de sedução, isso é, uma situação na qual um adulto buscasse satisfação sexual com a criança, não seria imediatamente compreendida pela criança, por causa de sua “imaturidade”, definida, então, pelo que se considerava como “ausência da sexualidade”. Assim, a cena permaneceria como um “cisto mnêmico”, um traço de memória ao qual não é possível atribuir um sentido e integrar na cadeia de representações. Mais tarde, quando, pelo próprio desenvolvimento, a criança acesse à sexualidade, outra cena, de caráter sexual, poderia evocar associativamente a primeira, que adquiriria então, retroativamente, um sentido sexual. Essa nova conotação, sexual, desencadearia um afluxo de excitação excessivo relativamente à capacidade que o indivíduo tem para dominar e elaborar psicologicamente as excitações, configurando-se um trauma” (FAIMAN, 2004).

Para a psicanálise trauma é o acontecimento da vida do indivíduo que se define pela sua intensidade, pela incapacidade do indivíduo de lhe responder de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. Em termos econômicos, o traumatismo caracteriza-se pelo afluxo de excitações que é excessivo, relativamente à tolerância do indivíduo e à sua capacidade de dominar e de elaborar psicologicamente essas excitações (FAIMAN, 2004 apud LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J. B.

1991, p. 678). Dentro desta perspectiva, o trauma faz alusão a uma experiência psíquica real ou fantasiosa de caráter sexual vivida na infância, cuja elaboração não se tornou possível.

Em 1893 ao escrever Estudos sobre a Histeria (1893/1986), Freud passa a empregar a noção de trauma na eclosão da histeria. Enfatiza mais uma vez a severidade do acontecimento traumático para o sujeito, pontua que uma situação traumática vivida na infância pode continuar presente de forma intensa por anos a fio, e que o esmaecimento de uma lembrança ou a perda de seu afeto está associado a vários fatores. O mais importante é se houve alguma reação ativa ao fato capaz de desencadear um afeto, quando ocorre uma reação em grau suficiente, a maior parte deste afeto tende a evadir-se como consequência; quando a reação é reprimida, o afeto permanece ligado a lembrança. Por fim, conclui utilizando a linguagem como substituta da ação, ou seja, esta auxilia o sujeito na recordação do afeto.

[...] “A reação da pessoa inusitada em relação ao trauma só exerce um efeito inteiramente “catártico” se for uma reação adequada. Mas a linguagem serve como substituta para a ação; com sua ajuda um afeto pode ser “ab-reagido” quase com a mesma eficácia” (FREUD, 1893/1986, p. 46).

Freud fala sobre os efeitos do trauma e os separa em positivo e negativo. O positivo consiste na repetição do trauma para recordar a experiência esquecida e torná-la real e passível de elaboração psíquica.

Em Recordar, Repetir e Elaborar (1914), Freud trata da repetição enfatizando os seus aspectos positivos, suscitados no processo de transferência, ao qual cabe ao analista manejar os conteúdos psíquicos ofertados em transferência e torná-los consciente.

“O repetir, tal como é induzido no tratamento analítico, implica em evocar fragmentos da vida real; e por essa razão não pode ser sempre inócuo e irrepreensível.” (FREUD, 1914, p. 198).

“A partir das ações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldades, após a resistência ter sido superada” (FREUD, 1914, p.198).

Os efeitos negativos aproximam-se do que Freud nomeou de compulsão a repetição, ou seja, a repetição de conteúdos traumáticos que não foram elaborados. A repetição, então tenta se inscrever por meio da simbolização em uma rede de representações psíquicas que possibilitam sentido. A compulsão a repetição se manifesta tanto em relação à repetição de conteúdos psíquicos infantis que foram desagradáveis, como em relação a acontecimentos traumáticos, pois estes criaram um excesso de energia que não pode ser ligado ou escoado e que busca estes dois caminhos (escoamento e ligação) o tempo todo (CROMBERG, 2001, p. 127/128).

Freud em 1920, ao escrever *Além do Princípio do Prazer*, realiza uma reflexão acerca das observações de situações nas quais o sujeito tende a repetir experiências de cunho traumático, mas que de alguma forma provocava prazer.

[...] “A maior parte do que é reexperimento sob a compulsão a repetição, deve causar desprazer ao ego, pois traz à luz as atividades dos impulsos instituais reprimidos. Isso, no entanto, constitui desprazer de uma espécie que já consideramos e que não contradiz o princípio de prazer: desprazer para um dos sistemas e, simultaneamente, satisfação para o outro... a compulsão à repetição também rememora do passado experiências que não incluem possibilidade alguma de prazer e que nunca, mesmo há longo tempo, trouxeram satisfação, mesmo para impulsos instituais que desde então foram reprimidos” (FREUD, 1920, p. 34).

A compulsão que leva o sujeito a reproduzir a repetição de situações que lhe foram dolorosas evidencia a impossibilidade de escapar de uma regressão, postulando assim a repetição a partir da pulsão de morte (ROCHA, 2010, p, 83.) A compulsão à repetição atua aí como uma tentativa do psiquismo de elaborar a experiência traumática que vai além das possibilidades de defesa do sujeito. Na repetição vê-se uma tentativa de domínio da situação traumática, por meio do deslocamento para uma posição de sujeito de ação (FAIMAN, 2004).

Freud se detém ainda a compulsão à repetição em 1926, quando escreve o texto intitulado *Inibição, Sintoma e Angústia*, onde constata que a compulsão a repetição diz respeito às resistências do inconsciente. Nesse sentido, quando algo vai em contra partida ao desejo do sujeito, ele tende a anulá-lo sob repetição.

Diante disso, utilizaremos o conceito de compulsão à repetição para refletir acerca da intergeracionalidade do abuso sexual de acordo com a perspectiva psicanalítica. FUKS (2006), alerta que o abuso sexual infantil é um traumatismo capaz de alterar a história do sujeito, tendo efeitos variáveis, mas sempre presentes no decorrer de sua existência e, ao depender da ressignificação da situação traumática, pode atingir também a próxima geração. A transmissão intergeracional é marcada por conluios, omissões e mentiras, condicionados ao pacto do silêncio que provoca repetições inconscientes do acontecimento transgressivo (ROCHA, 2010 *apud* FUKS, 2006).

Há indícios de que mulheres que sofreram abuso sexual na infância tendem a serem mais coniventes na permissão à propagação e repetição da violência nos seus próprios filhos. Estudos apontam que estas mães vivem uma situação de confusão e ambiguidade diante da situação de extrema violência, à qual as crianças foram submetidas, sendo que, muitas vezes, preferem “fechar seus olhos” ao que está sendo explicitado (SANTOS, 2007 *apud* AMENDOLA, 2004; FARINATI et al., 1993).

CORREIA (2007), aponta que a falta de elaboração do traumatismo poderá atravessar diversas gerações, possibilitando a repetição inconsciente, pela incapacidade de metabolizar e simbolizar a experiência. Em situações de violência intrafamiliar, a história do casal parental é frequentemente marcada por abandonos ou ausências de seus próprios pais, como também estão presentes os castigos e os abusos (ROCHA, 2010 *apud* CORREIA, 2007). Sendo assim, é de suma importância a realização de escutas e intervenções efetivas também com a família da criança/adolescente que chega para atendimento envolvidas na situação de abuso sexual.

Ao considerarmos o percurso histórico da psicanálise desde a sua fundação até a culminância do seu amadurecimento teórico, percebe-se a necessidade de discutir acerca do abuso sexual nessa perspectiva. Ao afirmar não acreditar mais nas suas históricas, Freud rejeita a teoria da sedução como propulsora da origem das neuroses, no entanto, nunca abandonou por completo a ideia da existência do abuso sexual.

Segundo Laplanche (1985), a partir do momento que Freud introduz a fantasia para explicar o surgimento das neuroses, sua obra passa a ser marcada por oscilações quanto à sedução e mais precisamente sobre a realidade das cenas sexuais na infância, pois apesar de Freud acentuar que não existe distinção em relação a realidade e fantasia, uma vez que, a fantasia também possui uma realidade psíquica, ele nunca desistiu de procurar evidências reais que comprovassem o que de fato aconteceu na infância.

As oscilações de Freud entre a realidade do incesto e a fantasia postergou a discussão do abuso sexual no campo da psicanálise.

“Constata-se que ao abandonar a teoria da sedução, mesmo demonstrando preocupação com a temática do incesto, Freud contribuiu para que o abuso sexual concretizado se tornasse um tabu para a psicanálise” (ROCHA, 2010 citando PIZÁ, 2004; ALMEIDA, 2003).

O psicanalista Sándor Ferenczi constata que as fantasias edípicas da criança não excluem a real ocorrência do abuso sexual, praticado em sua maioria no meio intrafamiliar. Ele afirma que nunca será demais insistir na importância do traumatismo, e, em especial, do traumatismo sexual como fator patogênico (FERENCZI, 1932/1992).

As seduições incestuosas entre um adulto e uma criança está alicerçada no sentimento afetivo de amor. A criança tem fantasias lúdicas que desenvolverá à função materna para com o adulto, sendo assim, mesmo que o jogo assuma uma forma erótica, para a criança permanecerá sempre no nível da ternura.

Ainda no tocante dessas seduições, Ferenczi (1932/1992) postula que há uma diferenciação entre a linguagem do adulto – a linguagem da paixão, e a da criança – a

linguagem da ternura. Nesse sentido, o adulto abusador confunde as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que já alcançou maturidade sexual, o que culmina na efetivação de práticas sexuais inconsequentes. O autor ainda acrescenta a condição de medo intenso que é sentido pelas crianças diante dessa situação.

“As crianças são inibidas por um medo intenso, sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor” (FERENCZI, 1932/1992, p. 102).

A criança se identifica de tal forma com o adulto agressor que passa a introjetar o sentimento de culpa que é próprio do adulto. Tal sentimento obrigaria a criança a tornar-se culpada de alguma coisa que ela não conhece, de algo em que ela não percebeu nenhum mal (PINHEIRO, 1995).

Ferenczi refere-se aos traumas como sendo, na maior parte das vezes, estruturantes e remete-os a uma cadeia filogenética pré-inscrita, na qual, além de inevitáveis, são necessário (PINHEIRO, 1995). No entanto, em relação ao trauma originado do abuso sexual incestuoso, o desmentido é a condição mestre para a desestruturação do trauma. Ou seja, a negação absoluta do relato da criança é que leva ao traumático.

[...] “a criança iria então à procura de um outro adulto que pudesse dar sentido ao que não faz sentido. Esse adulto, por sua vez, não suportando o relato da criança, a desmente, exigindo de maneira radical e unívoca que o escutado não passe de uma fabulação infantil. É esse desmentido o que torna impossível a introjeção” (PINHEIRO, 1995, p. 68).

Sendo assim, a criança que além do adulto abusador, tem outra pessoa com a qual se identifica, particularmente a mãe, a qual desmente o ocorrido e considera como tolice o relato da criança, está incapacitada de reagir a situação traumática.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

O presente estudo orienta-se por meio de uma revisão de caráter bibliográfico, o qual busca pesquisar e discutir a temática do abuso sexual infantil pautado na teoria da psicanálise, visa-se identificar as publicações psicanalíticas sobre o presente tema, além de alertar a consequências desta violência para o psiquismo infantil.

NORONHA e FERREIRA (2000), destacam que a importância da revisão bibliográfica consiste no fato de a mesma proporcionar que o pesquisador tome conhecimento sobre o que ocorreu ou está ocorrendo no campo estudado.

Optamos pelo presente tema, por considerar a magnitude que o mesmo tem alcançado nos dias atuais, além de identificar-se a escassez de discussão teórica desse no campo da psicanálise.

Nos propomos a pesquisar artigos que tratassem do tema, os quais fossem publicados entre 2006 e 2012, com ressalva a um artigo publicado no ano de 1999. A busca foi realizada nas bases de quatro periódicos online, são eles: Lilacs, Scielo, PePsic e Revista Percurso.

Utilizou-se os seguintes descritores para obtenção da pesquisa: “abuso sexual”, “abuso sexual intrafamiliar contra crianças/adolescentes”, “psicanálise, abuso sexual infantil e incesto”.

Na análise dos dados utilizamos quatro artigos, os quais foram selecionados por tratarem de forma prática e cautelar o abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes e as contribuições oriundas da psicanálise na constituição psíquica dos sujeitos que vivenciaram tal abuso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Durante a realização dessa pesquisa foram descartados muitos artigos, uma vez que, apesar de discorrerem sobre a questão do abuso sexual, não se detinham a teoria psicanalítica, citando-a superficialmente. Diante disto, nos deteremos a análise de quatro artigos: *Consequências do Sexual Infantil* (2006); *Abuso Sexual: do que se trata? Contribuições da Psicanálise a Escuta do Sujeito* (2010); *A Problemática do Abuso Sexual Infantil em Psicanálise: O Silêncio das Mulheres* (1999). *Abuso Sexual Infantil e Incesto: a Ética da Escuta na Clínica de Françoise Dolto* (2012). Os mesmos discutem sucintamente o tema proposto, enfatizando a teoria psicanalítica e discorrendo sobre a problemática do tema a luz desta.

FULKS (2006) em seu artigo intitulado: “*Consequências do Abuso Sexual Infantil*”, propõe-se a realizar uma discussão reflexiva acerca das implicações causadas pelo abuso sexual ao psiquismo de suas vítimas. Para ela, o abuso sexual representa uma verdadeira

catástrofe na vida de uma criança e produz uma devastação da estrutura psíquica que afeta seus distintos aspectos (FUKS, 2006).

A autora ainda discorre sobre os cuidados que devem ser tomados diante das intervenções multidisciplinares que atuam frente aos casos de abuso sexual, uma vez o tema em si, costuma causar fortes impactos emocionais tanto na família da criança, quanto nos profissionais envolvidos diretamente. Sendo assim, é imprescindível que as intervenções interdisciplinares busquem um manejo adequado da situação, proporcionando a subjetivação e elaboração do sujeito que ali se encontra, já que o abuso por si só, já impossibilita que a criança/adolescente se compreendam como sujeito.

“Falar dos efeitos do abuso, imediatos ou a longo prazo, é falar justamente da ameaça de um bloqueio danoso dos processos de subjetivação, da impossibilidade para à criança, sem auxílio dos outros, de simbolizar o traumatismo experimentado. A experiência persiste longamente em seus efeitos e impede que a vítima possa reencontrar-se como sujeito. Temos de reconhecer que é uma irrupção trágica e real na vida dessas crianças, e que não é fácil, por diversos fatores, que possam falar disso. Assim sendo, um dos grandes desafios para os profissionais da área, também comum a outros tipos de problema, é conseguir que esse traumatismo seja simbolizado” (FUKS, 2006).

Decorrente disso, a autora atenta também para a atuação dos analistas frente a esses casos, onde estes, através de sua escuta flutuante, possibilitarão a reelaboração do trauma do abuso, no contexto de transferência. Estes analistas ainda, como parte constituinte de uma equipe multidisciplinar, podem trazer grandes contribuições e avanços significativos a este trabalho.

Percebe-se que o conteúdo exposto nesse artigo, condiz com o referencial teórico aqui tratado, além de propiciar um conhecimento sucinto acerca da temática, possibilitando que o leitor reflita sobre as construções teóricas descritas.

O artigo: *“Abuso Sexual: Do que se Trata? Contribuições da Psicanálise à Escuta do Sujeito”* consiste em uma revisão bibliográfica que busca enfatizar as questões do manejo psicanalítico mediante os casos de abuso sexual, além de efetivar um diálogo sobre o tema entre a psicanálise e outras perspectivas teóricas, diferenciando a proposta de atuação da psicanálise das demais abordagens.

Os autores JÚNIOR e RAMOS (2010), utilizam-se das contribuições teóricas de Freud e Lacan para pensar a criança como sujeito desejante até mesmo diante da situação traumática que lhe assola. Os autores contrapõem-se as discussões teóricas e políticas de assistência que destituem da posição de sujeito a criança/adolescente vítima de abuso sexual, considerando-as

como objetos em detrimento dos desejos de um adulto. Além disso enfatizam as cautelas que devem ser tomadas no momento da denúncia dos casos de abuso, uma vez que muitas vezes, com a denúncia, há piora do estado psíquico do menor envolvido (CROMBERG, 2001, p. 148). Ampliando assim a discussão para a importância da escuta clínica e as contribuições da psicanálise para o momento da denúncia.

“Acreditamos que deve haver um momento em que essa denúncia possa ser feita sem que se incorra no risco de que seja tomada ou identificada a uma nova violência para com o sujeito. Para tal, sugerimos a clínica como balizadora de tal momento. Pois é na clínica, ou partindo dela, que o técnico poderá pensar e avaliar o lugar que esta denúncia ocupará para aquele sujeito que sofreu a violência, o abuso” (JÚNIOR, RAMOS, 2010).

Por fim, pontuam que a psicanálise aplicada as intervenções dos casos de abuso sexual, visa desmistificar e questionar a normalização e patologização destes casos.

A partir de suas observações clínicas e investigações sobre o tema do abuso sexual infantil, CALVI (1999), em seu artigo *“A Problemática do Abuso Sexual Infantil em Psicanálise: o Silêncio das Mulheres”*, inicia com uma pergunta que diz respeito a um aspecto importante da problemática do abuso: Sedução precoce infantil ou abuso sexual infantil em psicanálise? Mediante esta pergunta, a autora enfatiza que Freud no percurso de sua teoria, já se questionava sobre essa questão, que em virtude dos avanços da teoria psicanalítica, acabou por sofrer alterações. Apesar disto, é de suma importância que os analistas, ao se depararem com esses casos, continuem se indagando sobre esta problemática, para não direcionarem a escuta do caso diretamente para a premissa de “não acreditar nas suas neuróticas”.

No decorrer do trabalho, a autora recorre a Freud para explicar a teoria do trauma, bem como a problemática do abuso para a psicanálise, desde o seu nascimento CALVI (1999), assim como outros autores já citados no referencial teórico desse artigo, defendem a ideia de que Freud, apesar de abandonar a teoria da sedução, nunca deixou de dar a real importância para os casos que de fato aconteceram, no entanto, suas oscilações em relação ao tema, tem a ver com a construção de sua teoria.

Este artigo foi inspirado no atendimento de quatro pacientes da analista, dentre as quais, uma criança de quatro anos, que a autora descreve um trecho do atendimento:

[...] “A teoria que ela construiu em torno do que ocorreu era a seguinte: “Podem fazer qualquer coisa com as mulheres, porque não podem se defender, porque não têm pipi”. A analista intervém marcando que as mulheres também podem se defender, ainda que não tenham pipi; e além disso, se for necessário, podem pedir ajuda” (CALVI, 2009).

Baseada nesse fragmento clínico, a autora atenta para algumas questões que frequentemente permeiam os atendimentos de casos de abuso sexual e que devem ser levados em conta pelos analistas: as representações do sujeito sobre a situação; as representações do analista diante do abuso infantil; a ética da escuta; o discurso da instituição psicanalítica e as teorias sexuais infantis questionadas pela intrusão de um adulto perverso e seus efeitos sobre o psiquismo infantil (CALVI, 1999). A autora continua a afirmar que, devido à gravidade da questão para o psiquismo em constituição, a intervenção do analista terá uma importância crucial. O analista estará atravessado por sua própria subjetividade enlaçada com a teoria psicanalítica, pelas representações sociais e pelas representações que a instituição analítica sustenta a respeito (CALVI, 1999). Por fim, percebe-se como a autora vai delineando os avanços obtidos na análise com essas pacientes, explicitando conceitos da teoria psicanalítica que já abordamos outrora neste artigo.

“Poderíamos pensar que a reconstrução, a recordação e a elaboração desses fatos na análise provocaram recomposições que permitiram a essas mulheres modificarem seu posicionamento subjetivo ao deter a compulsão à repetição à qual estavam submetidas. Os efeitos sobre o psiquismo em constituição dependeram em cada caso do trabalho subjetivo em que cada uma se encontrava, ao ocorrer do fato” (CALVI, 1999).

O artigo “*Abuso Sexual Infantil e Incesto: a Ética da Escuta na Clínica de Françoise Dolto*”, discute a problemática do abuso sexual infantil recorrendo a clínica psicanalítica e mais especificamente, a clínica proposta por Françoise Dolto, a autora MOUAMMAR (2012) utiliza-se dos conceitos elaborados por Dolto de castração simbologênica, função simbólica, imagem inconsciente do corpo e linguagem para pensar o incesto como objeto de estudo e propor uma clínica psicanalítica voltada para a escuta do sujeito. Discute-se ainda o papel do psicólogo e do psicanalista na clínica de crianças vítimas de abuso sexual, indo além dos trâmites jurídicos e das denúncias. O incesto aqui é abordado pela psicanálise a partir de três dimensões, são elas: a da natureza da sexualidade humana, a social e jurídica e na dimensão da clínica psicanalítica (MOUAMMAR, 2012). Estas dimensões são explicitadas a partir da teoria freudiana das pulsões sexuais, teoria da sexualidade e o complexo de Édipo e proibição do incesto.

Escolhemos realizar a discussão deste artigo, uma vez que ele traz inovação ao promover uma reflexão da clínica do abuso sexual a partir da teoria de Dolto. A clínica psicanalítica doltoniana convida-nos a conseguir um espaço analítico para as crianças vítimas de incesto, espaço onde elas poderão colocar em palavras, diante de um outro que as escuta, a violência silenciosa do incesto (MOUAMMAR, 2012).

CONCLUSÃO

Ao pensar a clínica com crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual, devemos levar em consideração a dimensão traumática que assola o psiquismo em constituição dessas crianças/adolescentes. É sabido que a impossibilidade de falar e ser ouvida acentua as magnitudes do trauma, uma vez que provoca a de subjetivação da criança/adolescente e afeta a sua capacidade de simbolizar a situação vivida. Diante disto, destacamos as contribuições da psicanálise na atuação frente a estes sujeitos. No entanto, como bem explanou-se no decorrer deste trabalho é de suma importância que a problemática do abuso sexual recorrente nesta teoria seja superada.

Segundo ROCHA (2010), é válido considerar que os efeitos traumáticos dependem da constituição do sujeito, de sua história de vida, do apoio sócio familiar que lhe foi destinado e, sobretudo, da possibilidade de simbolização da experiência traumática. A autora continua dizendo ser uma tarefa árdua, mas necessária, tendo em mente que não se trata apenas de uma situação neurótica ou fantasiosa, e sim de uma situação perversa, na qual as crianças são expostas a uma realidade para a qual não há preparo e nem maturidade suficiente que as sustentem.

A proibição do incesto possui efeito estruturante diante o parentesco cultural, uma vez que possibilita o convívio familiar, tornando possível que a criança faça a diferenciação simbólica do pai. (COHEN, 1993). Quando há a proibição dos desejos edípicos, o não atua como um ordenador mental e emocional para o psiquismo infantil.

Em decorrência das consequências do abuso sexual intrafamiliar, o papel do analista deve ser o de propiciar ao sujeito através de sua escuta a simbolização do trauma. Este ao atuar baseado em sua ética e nos métodos e manejos clínicos próprios da psicanálise, passa a olhar a criança além do seu papel de vítima, compreendendo-a como sujeito desejante. Ao atuar frente a família incestuosa, é possível que o analista conheça a dinâmica familiar, as rupturas e desigualdades que permeiam os membros desta família, possibilitando através da escuta destes que acontece a quebra do pacto do silêncio e a resignificação das experiências traumáticas vivenciadas em decorrência do abuso sexual.

COSTA-MOURA (2003), aponta o que se busca na clínica psicanalítica não é restituir a criança como ideal perfeito dos pais e adultos que demandam por ela, mas sim uma possível realização do sujeito a partir da problemática do desejo, em toda a sua complexidade.

Apesar dos impasses teóricos da teoria, a psicanálise frente aos casos de abuso sexual coloca em pauta a questão fantasmática, no entanto, leva em consideração a realidade psíquica que se inscreve na realidade fantasmática de cada sujeito, distanciando-se da incoerência do desmentido, não pondo em dúvida a realidade do abuso. Além disso, a escuta psicanalítica irá colocar a criança/adolescente que vivenciou o abuso sexual na posição de sujeito, possibilitando que estes possam fazer a recordação, elaboração e a ressignificação, dos conteúdos traumáticos, aliviando assim o sofrimento do sujeito e permitindo que haja uma modificação do posicionamento subjetivo.

Sendo assim, daremos ênfase a atuação do analista nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que constitui-se como o centro de atendimento que atua junto a indivíduos e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos. Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CREAS passa a ser o responsável pelo atendimento especializado dos casos de abuso sexual infantil, sendo composto por uma equipe interdisciplinar que trabalha baseado em uma articulação de rede com outros serviços e áreas de conhecimento.

Ainda que a psicanálise aplicada as políticas de assistência social seja um fato recente, é possível que haja um entrecruzamento da ética da psicanálise e o social. O psicanalista preso nas redes do social, busca abrir as vias para que um sujeito possa aí advir. Redes de significantes, mas também redes sociais mapeadas e costuradas pela assistência (SCARPARO, 2008). É possível ao analista que está inserido na equipe multiprofissional do CREAS, orientar a sua escuta pela psicanálise, desconstruindo os tabus que permeiam a psicanálise e abrindo novos horizontes a sua atuação.

É válido salientar que apesar de o tema do abuso sexual infantil ser um tema árduo, a minha escolha em discorrer sobre o mesmo à luz da teoria psicanalítica, esteve pautada no desejo de conhecer, refletir e abrir novas discussões sobre o tema na psicanálise. A discussão teórica deste trabalho contribui de forma efetiva na atuação dos analistas, alertando estes para não incorrerem ao erro de colocar em dúvida a realidade dos conteúdos de abuso sexual relatados por seus pacientes, além de abrir a discussão para as novas configurações da psicanálise dos dias atuais.

Frente as demandas da contemporaneidade, tem sido possível fazer psicanálise para além do consultório, uma vez que esta traz grandes contribuições aos espaços nos quais está adentrando. Ao romper com a lógica assistencialista que permeia a escuta da demanda do

sujeito no campo social, a psicanálise irá orientar a atuação voltada para a priorização das urgências subjetivas e sociais dos sujeitos e suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adriana Aparecida de. Bullyng Escolar e Criminalidade Adulta: Um Estudo com Egressos do Sistema Prisional de Juiz de Fora – MG. 2012. 92. Folhas.

Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Adriana-Aparecida-de-Almeida.pdf>. Acesso em: 23/12/2014 às 23:00h

ANDRADE, Arthur Guerra de; HEIM, Joana. Efeitos do Uso de Álcool e das Drogas Ilícitas no Comportamento de Adolescentes de Risco: Uma Revisão das Publicações Científicas entre 1997 e 2007. *Rev. Psicologia Clínica* 35, pág. 61 – 64, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v35s1/a13v35s1.pdf>. Acesso em: 23/12/2014 às 22:00h.

AMAZARRAY, M. R & KOLLER, S. H. Alguns Aspectos Observados no Desenvolvimento de Crianças Vítima de Abuso Sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 1998. Vol. 11, n. 3, p. 559-578. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014. Acesso em: 06/10/2014 às 16:00h

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. Formas de Prevenir a Violência Sexual Contra a Criança na Escola: Um Olhar da Psicanálise e da Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2008. 99 folhas. Disponível em: http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_psicanalise/1_GABRIELLA_FERRARESE_BARBOSAformas_de_prevenir_a_violencia_sexual_contra_a_crianca_na_escola_um_olhar_da_psicanalise_e_da_sa.pdf. Acesso em: 02/01/2015 às 15:00h.

BOLLAS, C. A sombra do objeto: psicanálise do conhecido não-pensado. Rio de Janeiro, 1992. Imago

CALVI, Bettina. A Problemática do Abuso Sexual Infantil em Psicanálise: O Silêncio das Mulheres. *Estilos Clínica*. Vol.4. n.6 São Paulo, 2009. p. 64-71. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-71281999000100006&script=sci_arttext. Acesso em: 04/01/2015.

COHEN, C. O incesto um desejo. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1993.

COHEN, C & GOBETTI, G, J. O Incesto: O Abuso Sexual Intrafamiliar. 2003. Disponível em: <http://www.usp.br/cearas/ARTIGOS/oIncestoOabusoSexualIntrafamiliar.htm>. Acesso em: 05/10/2014 às 18:00h

COSTA-MOURA, F. (2003). O Tratamento Psicanalítico com Crianças. In: Gryner, S., Ribeiro, P. M. C. M & Oliveira, R. C. (orgs.). Lugar de Palavra (p. 126-133). Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção a Violência (NAV).

COSTA, Rui Alexandre Nunes da. A Evolução da Perspectiva Psicodinâmica no Abuso Sexual de Crianças: da Psicanálise da Teoria da Sedução, à Psicanálise do Complexo de Édipo. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.php?codigo=TL0062. Acesso em: 06/09/2014 às 20:00h

CROMBERG, Renata Udler. Cena Incestuosa: Abuso e Violência Sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FAIMAN, Carla Júlia Segre. Abuso Sexual em Família: a Violência do Incesto à Luz da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

FARAJ, Suane Pastorijs; SIQUEIRA, Aline Cardoso. O Atendimento e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente Vítima de Violência Sexual na Perspectiva dos Profissionais do Creas. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 67 – 87, julho/dezembro 2012.

FERENCZI, S. (1932). *Psicanálise IV. Obras completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERRARI, Dalka C. A; VECINA, Tereza C. C. *O Fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

_____. (1893-1895). *Estudos sobre a Histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. II. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1905). *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VII. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1913). *Totem e Tabu*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1920). *Além do Princípio do Prazer*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

_____. (1939). *Moisés e o Monoteísmo*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XXIII. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

FUKS, Lúcia Barbero. *Consequências do abuso sexual infantil*. *Percurso*, v.18, n.36, p.41-52, 2006.

JUNIOR, Pedro Moacyr Chagas Brandão; RAMOS, Patrício Lemos. *Abuso Sexual: do que se trata? Contribuições da Psicanálise à Escuta do Sujeito*. *Psic. Clin.* Rio de Janeiro, 2010. vol. 22, n. 1, p. 71-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v22n1/a05v22n1>. Acesso em: 28/01/2015 às 13:00.

LACAN, Jacques. *O Seminário: Livro 4 – a relação de objeto*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

LACAN, Jaques. *O Seminário: Livro 5 – as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

LAPLANCHE, J. *Vida e Morte em Psicanálise*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985

MALGARIM, Bibiana Goldoi; PACHECO, Maria Luiza Leal. *Discutindo os Possíveis Impactos do Abuso Sexual Intrafamiliar na Estruturação do Aparelho Psíquico Infantil*. *Revista de Psicologia da IMED*, vol, 4, n, 1, p. 620 – 628. 2012. Disponível em: <http://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/229>. Acesso em: 02/01/2015 às 15:30

MARQUES, Silvia Patrícia; PACHECO, Fernanda Cristina de Paula. *Intervenção Interdisciplinar no Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual e seus Familiares*. *Investigação* v.9. n. 1. p. 73-80. Jan/abril 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unifran.br/index.php/investigacao/article/view/40/12>. Acesso em: 03/01/2015 às 19:00

MOUAMMAR, Christiane Carrijo Eckhardt. Abuso Sexual Infantil e Incesto: a Ética da Escuta na Clínica de Françoise Dolto. Impulso, Piracicaba, p. 9-19, set. dez. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/impulso/article/viewFile/475/1074>. Acesso em: 04/01/2015 às 22:00

OMS - Organização Mundial de Saúde. Salud Mundial. 1993. OMS, Genebra: OMS-WORLD HEALTH ORGANIZATION. World report on violence and health. Geneve: Etienne G. Krug et al, WHO, 2002.

PFEIFFER, L & SALVAGNI, E. Visão Atual do Abuso Sexual na Infância e Adolescência. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro. 2005. 81(5), p. 197-204. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. Acesso em: 05/11/2014 às 08:00h

PINHEIRO, Teresa. Ferenczi: do Grito a Palavra. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

QUINET, Antônio. Teoria e Clínica da Psicose. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ROCHA, Márcia Candelaria da. Mães de Meninas Vítimas de Abuso Sexual: Aquilo que não se Pode Dizer. Recife, 2010. 119 f.

SANTOS, Samara Silva dos. Mães de Meninas que Sofreram Abuso Sexual Intrafamiliar: Reações Maternas e Multigeracionais. Rio Grande do Sul, 2007. 80 f.

SCARPARO, Maria de Lourdes Duque Estrada. Em Busca do Sujeito Perdido: a Psicanálise na Assistência Social, Limites e Possibilidades. Porto Alegre, 2008.

Who (World Health Organization) - World report on violence and health: summary. Geneve: Who, 2002. Disponível em: <http://www.who.in/ent>